



## **Trabalho, autogestão e mercado: como ficam os trabalhadores?**

*Jacob Carlos Lima*  
*Departamento de Ciências Sociais*  
*Universidade Federal de São Carlos/ Universidade Federal da Paraíba*  
*Brasil*

A partir dos anos 90, com o processo de reestruturação econômica e adoção de políticas neoliberais no Brasil, o fim da proteção a setores industriais, privatização de empresas estatais e tentativas de desregulamentação do mercado de trabalho, multiplicaram-se pelo país cooperativas de trabalho e produção industrial. Esse crescimento de empresas, em tese autogestionárias, respondeu a duas lógicas: uma empresarial, de rebaixamento de custos, com o incentivo e mesmo organização (às vezes com apoio estatal) de cooperativas por parte de empresas para reduzirem gastos com a gestão da força de trabalho (chamadas de falsas cooperativas, cooperativas de fachada); e outra sindical e/ou vinculadas a propostas de

economia solidária, para minimizar o aumento do desemprego e garantir renda para trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (as cooperativas verdadeiras).

O que diferenciaria estes dois tipos de cooperativas seria a adesão efetiva aos princípios do movimento cooperativista, a posse coletiva da empresa e sua gestão democrática. Nas cooperativas de fachada essa adesão seria formal, se constituindo de fato num setor da empresa gerido por funcionários terceirizados, os membros da cooperativa. O que as aproximariam seria a busca de inserção num mercado competitivo e sua adequação gerencial, tecnológica e de custos a esse mercado. Isto tem significado certa secundarização dos ideais cooperativistas como condição de sobrevivência dessas empresas e a generalização de atividades terceirizadas para empresas comuns, o que compromete, ou pelo menos dificulta, a autonomia na perspectiva autogestionária.

Para os trabalhadores, o trabalho associado termina significando, em grande medida, em falta de opções de emprego, ou uma opção frente ao desemprego, mas do que uma procura militante por autonomia ou democracia no trabalho. Em grande medida, o trabalho associado tem-se tornado uma atividade complementar e temporária enquanto os trabalhadores procuram um emprego como assalariados. A defesa da autogestão, entendida como democratização das relações de trabalho e da posse dos meios de trabalho, fica restringida aos quadros de direção, aos que militaram para a transformação da empresa em cooperativa e, em menor grau, por aqueles que aderiram aos projetos sem muita convicção. Aos poucos, com a consolidação das cooperativas, a criação de novas hierarquias, e as dificuldades desse tipo de organização da produção, aumenta o desinteresse dos trabalhadores em participarem da gestão no dia a dia.

Sejam falsas ou verdadeiras<sup>1</sup> as cooperativas, o trabalho associado se adequa a flexibilidade exigida pela produção capitalista, o que nos permite formular a questão sobre a funcionalidade desse tipo de forma de gestão da produção: ao trabalhador pelo acesso à posse e gestão coletiva, ou ao capital que se desonera da gestão da força de trabalho.

---

<sup>1</sup> Deve ser considerado que as chamadas falsas cooperativas, em grande parte se adequam a legislação cooperativista. Seu fechamento pelas Procuradorias da República e Delegacias do Trabalho, referem-se mais a problemas decorrentes dos vínculos de terceirização mantidas por estas. No geral estas recebem apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras que mantém uma postura “pragmática” sobre a relação cooperativa-mercado.

Este artigo pretende discutir essa questão a partir de dados obtidos em pesquisas realizadas- e em andamento, com cooperativas de produção industrial no nordeste brasileiro de diversos tipos, comparando com pesquisas realizadas em outras regiões do país.<sup>2</sup>

### 1. Trabalho solidário ou trabalho flexível?

Inicialmente se faz necessário precisar conceitualmente cooperativas de trabalho e cooperativas de produção industrial, termos que às vezes se confundem. As primeiras reúnem trabalhadores que oferecem no mercado um serviço específico decorrente de sua formação, habilidades e/ou utilizam instrumentos próprios, ou se dispõem a realizar determinadas tarefas em geral individualizadas (médicos, técnicos, taxistas, catadores de lixo, etc). A cooperativa funciona como empresa de comercialização dos serviços e produtos. As cooperativas de produção agrícolas também reúnem produtores variados que comercializam conjuntamente sua produção como o leite, grãos e hortifrutigranjeitos, por exemplo, produzidos por produtores rurais que podem utilizar trabalho familiar ou contratado.

As cooperativas de produção industrial tem como produto o resultado do trabalho coletivo numa unidade de produção e é pouco mensurável individualmente a não ser pela utilização de tipos de controle do trabalho característicos de empresas capitalistas regulares através de métodos de controle disciplinar de tempos, movimentos, ausência de retrabalho e outros. No geral, o resultado é percebido pelos índices de produtividade do conjunto dos trabalhadores. Essa produtividade resulta do envolvimento do trabalhador, que por definição também é proprietário e gestor dos meios de produção e do processo produtivo.

A duplicidade original presente na cooperativa - do trabalhador-proprietário, se reflete nos debates acerca da viabilidade dessa forma de organização da produção numa sociedade capitalista. Desde o início debate-se acerca de seu caráter reformista, revolucionário ou simplesmente funcional para a economia de mercado.

O movimento cooperativista surgiu no seio do movimento operário no século XIX, entre os chamados socialistas utópicos como Owen e Fourier. Seu crescimento, crises, declínio e revigoração, acompanham o desenvolvimento do capitalismo e os contextos de

---

<sup>2</sup> Foram realizadas visitas, observação do trabalho, entrevistas com dirigentes, trabalhadores e técnicos de órgãos de fomento a empreendimentos cooperativos. A pesquisa conta com o apoio do CNPq/ UFPB /UFC /

organização, desorganização e reorganização, avanços e recuos do movimento operário. Em momentos de desemprego se expandiam, ora pela organização autônoma dos próprios trabalhadores, ora em frentes de trabalho organizadas pelo Estado. Em situações de recuperação, desapareciam ou pelo menos reduziam o seu número<sup>3</sup>.

As cooperativas nunca foram consenso no próprio movimento operário, tendo sido defendidas como opção ao capitalismo na luta dos trabalhadores pelo socialismo e a posse coletiva dos meios de produção, ou como opção dos trabalhadores dentro do capitalismo e acusadas como reformistas, de fomentar a divisão da classe operária com a transformação dos operários em pequenos proprietários. Desde sua origem, ao lado de cooperativas organizadas por trabalhadores, outras foram organizadas por empresários visando à redução de custos com a força de trabalho, surgindo daí a adjetivação de falsas e verdadeiras cooperativas. O próprio Marx destacou o caráter positivo, em tese, das cooperativas, ressaltando entretanto o risco do trabalhador se tornar explorador de si mesmo.

Nos países socialistas as cooperativas foram organizadas como unidades de produção, mas sem o caráter de autonomia previsto pelo ideário cooperativista de livre associação e sim dentro das engrenagens partidárias nas quais eram controladas pelo Estado e atendendo as necessidades da planificação<sup>4</sup>.

A partir da década de 1970, a idéia de participação dos trabalhadores na gestão das empresas ganhou novo impulso, num contexto da crise do “regime de acumulação” fordista ou da chamada sociedade salarial. Essa década inicia o desmonte do Estado de Bem Estar Social e a supremacia do ideário neo-liberal.

Entre os anos 50 e 70, na vigência do Estado de Bem Estar social, direitos sociais foram incorporados à relação salarial. O assalariamento passou a ser sinônimo de integração social e acesso a cidadania para os trabalhadores nos países capitalistas centrais, garantidos por um Estado regulador das relações capital-trabalho. Nos países da periferia, diversos avanços foram obtidos a partir da adoção de legislações trabalhistas com acesso a direitos, pelo menos aos trabalhadores “formais”. Com a crise de acumulação que marcou os anos 70, o capitalismo passou por uma profunda reestruturação que significou a internacionalização da produção, desregulamentação dos mercados, a busca por novas tecnologias e a redução de custos com a

---

UFSCAR.

<sup>3</sup> Um levantamento sobre os movimentos de avanço e recuo do cooperativismo encontra-se em Louis( 1984).

força de trabalho. Novas formas de organização e gestão do trabalho foram adotadas, visando o enxugamento de custos e aumento da produtividade da força de trabalho dentro da perspectiva de flexibilização – da produção, dos mercados e do trabalho. No trabalho, a flexibilização vai significar a implantação das técnicas japonesas de revalorização do conhecimento do trabalhador e sua co-responsabilização da produção, círculos de qualidade, trabalho em equipe. Os programas de participação no local de trabalho fundamentam a noção de qualidade como forma de aumento da produtividade do trabalho. Vai significar também a flexibilização dos contratos, que tornam-se temporários, de tempo parcial, com a eliminação progressiva de obrigações sociais que encareceriam a relação salarial.

As conseqüências para os trabalhadores tem sido a intensificação do trabalho, redução do contingente de trabalhadores necessários, desaparecimento de postos e funções e desemprego, além do enfraquecimento do movimento sindical com a eliminação de categorias inteiras de trabalhadores ou de sua redução radical. A subcontratação, a terceirização e a informalização passam a caracterizar o novo mundo do trabalho.

Os programas participativos vão compor, além da reestruturação empresarial, propostas de órgãos de fomento internacionais de desenvolvimento para o terceiro mundo (através, principalmente de cooperativas agrícolas – tentadas sem muito sucesso no Brasil no período militar), pela OIT no combate ao desemprego e a um programa norte-americano, criado no governo Reagan, – o Stock Option Programs (ESOPs) para envolver trabalhadores no gerenciamento de empresas através da compra de ações e sua identificação com a empresa. A perspectiva, segundo críticos da proposta, seria a perpetuação do mito dos Estados Unidos como país de pequenos proprietários, uma ampla classe média fundamento da democracia e da nação norte-americana (Kasmir, 1996).

A idéia de participação dos trabalhadores enquanto ideologia é reforçada em projetos de reestruturação produtiva empresarial na adoção de trabalho em equipe no qual as empresas passaram a destacar a importância dessa participação. É emblemático o caso da Fábrica da GM que mudou de Detroit, nos EUA, para o sul do país, fechando numerosos postos de trabalho e abrindo um número bem menor na nova fábrica, mas destacando na propaganda do carro Saturn o novo ambiente de trabalho participativo. O conflito capital-trabalho, daria lugar, mais

---

<sup>4</sup> Poderíamos falar como exceções ( durante algum tempo) das experiências autogestionárias na ex-Iugoslavia , ou dos kibbutzin israelenses vinculados a um projeto socialista de sociedade nas primeiras décadas de existência do Estado de Israel. Entretanto essa discussão extrapola os limites deste texto.

uma vez no discurso dominante, à cooperação capital-trabalho. O trabalhador-proprietário se constituiria a síntese desse processo (Idem, 1996).

Também a partir da década de 1970, o debate sobre cooperativismo de trabalho e produção é retomado, agora dentro do paradigma da flexibilidade da produção e do trabalho, do fracasso das experiências socialistas, da revolução tecnológica e organizacional e de suas consequências sobre a classe trabalhadora e de seu papel como agente da mudança social. Permanece a duplicidade originária: como alternativa ao desemprego e autonomia do trabalhador, por um lado, e como o trabalho participativo e flexível por excelência, por outro.

No debate atual sobre cooperativismo no Brasil as duas interpretações tentam dar conta das lógicas presentes na expansão das empresas autogestionárias. A primeira, defende a hipótese que as cooperativas de produção se constituem no modelo da economia solidária pela posse dos meios de trabalho pelos trabalhadores e de sua gestão democrática. Além de opção ao desemprego e recuperação de postos de trabalho em empresas falimentares, a formação de redes de cooperativas se constituiria numa semente de uma economia social na qual a lógica de mercado estaria subordinada a uma lógica solidária.

Essa perspectiva tem sido defendida no Brasil por Singer, em seus trabalhos sobre economia solidária. Embora ressalve que economia solidária não se restringe às cooperativas de produção estas seriam sua base, com o controle democrático pelos trabalhadores da propriedade e gestão da produção. Constituiria-se numa associação de iguais. Caso a cooperativa progredisse, todos ganhariam por igual. Caso tivesse prejuízos, estes seriam igualmente distribuídos entre os sócios. Isto implicaria num maior envolvimento num trabalho que seria desalienante já que todos os trabalhadores participariam de todas as atividades da cooperativa. Constituiria-se também numa opção e numa defesa contra o desemprego, já que sendo sócios, os desligamentos só poderiam se dar por decisões de assembléia e por motivos considerados graves.

A segunda perspectiva, trabalha com a hipótese que essas mesmas cooperativas se constituem, ou podem tornar-se, modelo de trabalho flexível, pós-fordista e funcional ao capital. Os trabalhadores-proprietários deslocariam a oposição capital-trabalho para a relação de colaboração capital-trabalho, uma vez que mudariam sua situação de classe a partir da sua transformação em trabalhadores-proprietários e a adoção de uma perspectiva gerencial no trabalho. Isso implicaria em flexibilidade no uso da força de trabalho e busca constante de competitividade como garantia de permanência no mercado enfraquecendo a lógica solidária.

A inserção das cooperativas em redes empresariais, as tornaria competitivas pelo maior responsabilização dos trabalhadores na gestão, o que poderia significar maior intensificação do trabalho, instabilidade de ganhos, contratação de trabalhadores assalariados, novas hierarquias, etc.

Com isso, o trabalho associado em cooperativas industriais, mais do que representar a autonomia e democratização no trabalho, se adequaria aos ditames de flexibilização exigidos pelo capital. No momento que os trabalhadores se autogerissem, eliminariam custos para o capital. Diversas empresas passaram a demitir trabalhadores sugerindo que se organizassem em cooperativas para prestarem serviços como subcontratadas por essas mesmas empresas<sup>5</sup>. Nessas situações a relação capital-trabalho é substituída pela relação empresa-empresa. Em tese, desaparece o conflito, ou pelo menos a empresa não é obrigada a gerenciá-lo.

Perspectiva semelhante foi desenvolvida por Kasmir (1996) ao estudar o modelo considerado exemplar pela economia solidária: o Complexo de Mondragón, no país Basco espanhol. Mondragón constitui-se num conjunto de cooperativas industriais, banco e universidade, surgidas na década de 1950 e que a partir dos anos 70 tornaram-se um grande complexo industrial com atuação em vários países. Sua característica é o trabalho associado de 90% dos trabalhadores (em torno de 20.000) formado por cooperativas que trabalham para outras cooperativas do complexo e gerenciada modernamente através da constante inovação tecnológica e de gestão. Os trabalhadores participam da gestão e o desemprego tem sido evitado com a criação de seguro social e outras formas que garantem os trabalhadores quando fecha alguma cooperativa. Embora reconhecendo as vantagens do modelo, Kasmir, recusa a possibilidade de descontextualizá-lo para ser aplicado indistintamente em qualquer lugar do mundo. Situa o Complexo no contexto cultural do País Basco e das tendências presentes no movimento nacionalista, e dentro destas, a que seria mais conservadora. Trabalha igualmente com o mito do igualitarismo basco construído historicamente e o qual é utilizado indistintamente por correntes de direita e esquerda. Para os radicais, representados pelo ETA, as cooperativas funcionariam como forma de dividir o movimento operário basco, já que nas greves gerais, raramente os trabalhadores cooperativados adeririam.

A partir de um estudo etnográfico realizado em Mondragón, demonstra que os trabalhadores menos qualificados pouco perceberiam a diferença entre cooperativa e empresa

comum, pouco participando das decisões seja por não possuírem a expertise necessária, seja por desinteresse, o que tem significado o aparecimento de novas hierarquias diferenciando trabalhadores mais qualificados da maioria dos trabalhadores do chão de fábrica. Aponta também que o modelo atrai não apenas defensores do cooperativismo, mas executivos de grandes empresas que vão estudar as vantagens do trabalho autogestionário, como técnica gerencial, para suas empresas. Para ela, estaríamos diante da proposta de flexibilização pós-fordista. Isto porque, comparando com os trabalhadores assalariados, os trabalhadores cooperativados não teriam o sindicato como órgão de defesa, e a adoção contínua de processos de trabalho racionalizados pouco diferenciaria uma empresa de outra no que diz respeito à alienação do trabalho.

Na defesa de sua hipótese, Kasmir alega que os defensores do modelo Mondragón, pouco tem ouvido os trabalhadores. O estudo empírico da percepção dos trabalhadores sobre Mondragón diminuiria o encanto com Mondragón como modelo de economia solidária, já que demonstraria grandes semelhanças com a empresa capitalista convencional do que com uma empresa dos trabalhadores.

Nesse debate, os conceitos de “classe” e do “trabalho” aparecem de forma insuficiente para explicar as mudanças sociais da fase atual do capitalismo e da constituição de atores coletivos. O pós-fordismo se situaria numa pretensa pós-modernidade na qual as explicações estruturais não teriam mais lugar. Nesse quadro, as cooperativas se inserem, em grande medida, como a pequena empresa inovadora, flexível, com trabalhadores partícipes e responsáveis sem a distinção proprietários, gestores e executores, mas todos fazendo de tudo um pouco. Sintetizando, as duas perspectivas atualizam, no século XXI, o debate sobre as cooperativas do século XIX, agravado agora por uma ausência presumida de opções ao capitalismo.

## **2. As cooperativas no Brasil dos anos 90**

O crescimento das cooperativas de trabalho e produção industrial no Brasil pós-90, como afirmado anteriormente, resultou dos processos de adequação da economia brasileira a

---

<sup>5</sup> No Brasil, grandes empresas industriais (principalmente na área de confecções e calçados) e de prestação de serviços (cias telefônicas e elétricas privatizadas) entre outras, implementaram políticas de demissão e recontração de trabalhadores organizados em cooperativas.

um mercado globalizado e suas implicações em termos do crescimento do desemprego e da informalização do mercado de trabalho.

Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras o crescimento tem sido expressivo como demonstra dados de 2003 por ramos de atividades:

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
AGROPECUÁRIO	1.519	940.482	110.910
CONSUMO	158	1.920.311	7.219
CRÉDITO	1.115	1.439.644	23.291
EDUCACIONAL	303	98.970	2.874
ESPECIAL	7	2.083	6
HABITACIONAL	314	104.908	2.472
INFRA-ESTRUTURA	172	575.256	5.500
MINERAL	34	48.830	35
PRODUÇÃO	113	9.559	315
SAÚDE	878	261.871	23.267
TRABALHO	2.024	311.856	4.036
TURISMO E LAZER	12	396	2
TRANSPORTE	706	48.552	2.099
<b>Total</b>	<b>7.355</b>	<b>5.762.718</b>	<b>182.026</b>

Posição em dezembro/2003

Fonte: OCB

O número de cooperados nos ramos de produção e trabalho não chega a 350.000 trabalhadores, mas devem ser vistos com cuidado. Isto porque as cooperativas não são obrigadas a se registrar na OCB e em suas representantes estaduais, as OCEs, e grande parte delas não o faz. Por outro lado a atuação da OCB tem sido tradicionalmente voltada àqueles ramos tradicionais do cooperativismo como consumo, crédito e agropecuário dentro de uma perspectiva empresarial. E é nesta perspectiva que as cooperativas de trabalho e produção tem sido pensadas. Em diversas situações de organização de cooperativas por empresas visando à terceirização de atividades, as OCEs atuam no treinamento de trabalhadores em cooperativismo sem maior preocupação do caráter “autêntico” ou não dessa cooperativa. Segundo entrevistas com representantes de OCEs no nordeste, a inserção no mercado seria fundamental para a sobrevivência das cooperativas e nesse sentido sua organização deveria seguir os parâmetros das empresas regulares. Com isso, a OCB e as OCEs terminam assessorando projetos governamentais e “empresariais” de organização de cooperativas na lógica do desenvolvimento da pequena empresa.

Numa perspectiva autogestionária mais voltada ao ideário cooperativista de gestão democrática e posse coletiva situam-se numerosas ONGs que assessoram grupos de trabalhadores vinculados, ou não, a sindicatos na organização de cooperativas e transformação

de empresas falimentares em empresas autogestionárias. É o caso da ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias - que desde o início dos anos 90 vem atuando na recuperação de empresas com apoio de governos estaduais e prefeituras. A atuação da ANTEAG é representativa da perspectiva da economia solidária e a elas outras associações foram aparecendo com esse objetivo como a UNISOL no estado de S.Paulo vinculada ao Sindicato dos metalúrgicos do ABC, a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares vinculadas a Fundação Unitrabalho.

Singer aponta as numerosas dificuldades enfrentadas pelas cooperativas no caso brasileiro: a dependência de apoio externo (sugere o apoio estatal como acontece para empresas regulares através de isenção de impostos e outras formas de suporte), a tendência à degenerescência em caso de sucesso dos empreendimentos, o risco de contratar assalariados, a necessidade de manutenção do caráter efetivamente solidário, entre outros.

O caráter de movimento presente na economia solidária tem resultado em numerosos seminários com publicações nas quais são destacadas experiências relativamente exitosas de recuperação de empresas falidas e cooperativas de geração de renda que se constituem em indicadores das possibilidades e limites dessa forma de empresa.

Mudanças em governos de estado ou municípios simpáticos ao cooperativismo têm provocado o fim de suporte governamental a programas e a ONGs apontando para a fragilidade e a dependência da proposta a políticas públicas que mudam conforme o partido político no poder. Técnicos da ANTEAG ressaltam as dificuldades e descontinuidades de programas de apoio em função da perda de suporte governamental, como o caso do governo do Rio Grande do Sul que, sob gestão petista, apoiava grande número de projetos.

O caráter recente da “nova onda” de cooperativas explica o número relativamente baixo de pesquisas que demonstrem o que tem significado para os trabalhadores as experiências de autogestão e ser proprietário-trabalhador. E estas nem sempre abragem o trabalhador do chão de fábrica, ficando apenas com os gestores.

No âmbito acadêmico, pesquisas crescentes têm abordado experiências específicas de políticas governamentais e empresariais de organização de cooperativas, seja na perspectiva da funcionalidade para o capital, seja estudos de caso de experiências de autogestão, organizadas por ONGs e Sindicatos.

As primeiras são cooperativas formadas para atuarem como subcontratadas em redes empresariais geralmente de setores de trabalho-intensivo como calçados e confecções. Nessas

cooperativas o suporte governamental se manifesta na disponibilização de prédios e infraestrutura complementada por empresas que cedem maquinaria e trabalhadores especializados. A dependência da cooperativa da empresa é total funcionando como seção destas. No meio dos anos 90 essas cooperativas foram implementadas em grande número no nordeste do país dentro da política de guerra fiscal. Além do baixo custo da força de trabalho, as empresas – com as cooperativas, organizadas pelo Estado – ficavam isentas de custos com obrigações sociais, além de receber incentivos fiscais por dez anos e receberem dos governos estaduais prédios e infra-estrutura.. As cooperativas, geralmente, se situavam em cidades do interior onde praticamente inexistia uma economia mercantil e os salários formais eram apenas os do setor público. Algumas funcionaram por mais de cinco anos e algumas ainda estão funcionando. A maioria foi denunciada pela Procuradoria da República por fraudes uma vez que foram acusadas de utilizar trabalho assalariado disfarçado e as que ainda funcionam respondem a diversos processos.

Algumas campanhas sindicais, como no Ceará, levaram também ao fechamento de unidades. O mesmo aconteceu na Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco. Entretanto as denúncias não foram acompanhadas por tentativas de “recuperar” o verdadeiro caráter das cooperativas e, na maioria das vezes foram simplesmente fechadas e os trabalhadores ficaram sem nada. Isto levou, em algumas cidades, os trabalhadores se colocarem contra sindicatos, pois sua atuação implicou na eliminação de postos de trabalhos. Em outras situações, o funcionamento irregular da relação cooperativa-empresa, na qual esta última atrasava a remessa de serviços e pagamentos, os trabalhadores entraram na justiça e as cooperativas foram fechadas.

Além das irregularidades trabalhistas apontadas efetivamente, as denúncias demonstraram o despreparo dos sindicatos para trabalharem com cooperativas, uma vez que propunham que as empresas contratassem os trabalhadores como assalariados ou fechassem. A maioria optou pela segunda. As demais fizeram a “reconversão” da cooperativa para empresa regular, dada as vantagens recebidas com os incentivos fiscais e mesmo o custo da mão de obra, comparativamente a outras regiões do país.

No sul e sudeste do país, foram criadas também numerosas cooperativas por empresas, sendo que as situações mais controversas foram cooperativas de trabalho para coleta de laranjas organizadas por fazendas no Estado de São Paulo e que chegaram a empregar mais de dez mil trabalhadores e foram fechadas por seu caráter fraudulento. No Rio Grande do Sul, o

sindicato do setor calçadista com apoio do governo do estado, organizou numerosas cooperativas de produção para enfrentar a transferência de empresas para o Nordeste e o desemprego no setor. Em alguns casos a situação dos trabalhadores melhorou com maiores retiradas por parte dos trabalhadores.

Em 1999, com a criação da ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário - da Central Única dos Trabalhadores, o movimento sindical passou a discutir o cooperativismo de forma mais sistemática. Até então cada sindicato tomava a atitude que considerava mais adequada: alguns consideravam que as cooperativas eram uma opção de emprego, outros que eram uma fraude simplesmente. A partir daí a separação entre cooperativas verdadeiras e falsas se consolidou, com os sindicatos apoiando as primeiras e denunciando as segundas. As primeiras seguiam os princípios do movimento cooperativista e as demais são empresas disfarçadas, embora em grande parte trabalhem como subcontratadas em redes empresariais, o que permite questionar a efetiva autonomia dessas cooperativas, sejam falsas ou verdadeiras.

### **3. Experiências pontuais**

Em pesquisa realizada no período 1997/2000 entre quinze cooperativas no nordeste<sup>6</sup>, todas organizadas por empresas ou integrantes de programas governamentais de atração de empresas, os trabalhadores pouco percebiam a diferença entre a cooperativa e uma empresa comum. Mesmo considerando que eram cooperativas de terceirização, foram feitas tentativas de criar uma mentalidade cooperativa entre os trabalhadores com treinamentos e cursos sobre cooperativismo que não surtiram efeito. A presença das empresas primeiras era muito forte e para os trabalhadores era o primeiro emprego fabril. No geral as cooperativas situavam-se em cidades relativamente distantes da capital dos estados e os trabalhadores ou eram oriundos do meio rural ou de atividades urbanas informalizadas ou mesmo de empregos públicos nas prefeituras. Os ganhos nas cooperativas chegavam a um salário mínimo e às vezes o ultrapassava. A percepção que ficava entre os trabalhadores era o fato de não serem assalariados e portanto não terem direitos, ao mesmo tempo em que consideravam positivo o fato de terem um “emprego”.

---

<sup>6</sup> Dado o caráter instável das cooperativas nordestinas, a amostra dos trabalhadores pesquisados não teve caráter de representatividade estatística. Foram entrevistados 90 trabalhadores(as) em três estados: Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de discussão em grupo com uma média de 70 trabalhadores e ex-trabalhadores num universo estimado de 3500 trabalhadores.

Vale ressaltar que o assalariamento, para esses trabalhadores, era percebido como acesso a direitos sociais plenos, o que a cooperativa não oferecia. O caráter autogestionário ou de democracia no trabalho, mesmo com a existência de assembléias formais e eventuais não era percebida como possibilidade de participação na gestão. Por um lado, porque as diretorias funcionavam como agentes das empresas e eram subordinadas aos supervisores que estabeleciam como o trabalho deveria ser feito, o ritmo e a qualidade, além de serem responsáveis pela disciplina. Em outros termos, apenas o ônus do controle disciplinar ficava com os trabalhadores. Por outro lado, a pretensa propriedade da “empresa” era mais virtual que real: os edifícios eram cedidos pelas prefeituras; as máquinas ou eram das empresas em sistemas de comodato, ou financiadas por Bancos públicos que em situação de crise as retiravam. Em suma a posse “coletiva” referia-se apenas ao resultado comum do uso coletivo da força de trabalho, já que o produto final referia-se a acabamento de peças do vestuário ou de calçados enviado pelas empresas. A jornada de trabalho era outro problema. Quando aumentavam as encomendas trabalhava-se além do horário ou de final de semana sem ganhos adicionais. A existência de trabalhadores assalariados das empresas primeiras no ambiente de trabalho evidenciava a diferença, fazendo-os perguntar que vantagem possuíam frente a estes.

Mesmo assim, essas cooperativas terminaram por se constituir numa opção de emprego em municípios sem atividades econômicas significativas, sendo disputas por prefeitos que as percebiam como única possibilidade de atrair investimentos industriais. E o período que funcionaram tiveram impactos positivos na economia local com maior circulação monetária representada pelos “salários” dos trabalhadores associados (Lima,2002).

Estudos de caso em empresas “recuperadas”, com apoio de ONGs ou sindicatos, por sua vez não apontam para situação muito diferenciada embora os dados existentes sejam limitados. Quando se trata de cooperativas com trabalhadores mais qualificados a chance de êxito é maior, assim como de deixar rapidamente de ser cooperativa. Quando a maioria são trabalhadores desqualificados, a falta de expertise na gestão, de interesse e mesmo de insatisfação frente aos ganhos termina sendo muito grande<sup>7</sup>. Segundo depoimentos de trabalhadores, a cooperativa termina sendo um momento de espera por um emprego melhor.

Uma visita recente a uma cooperativa no interior de Pernambuco, organizada por ONGs e com apoio de vários órgãos governamentais ilustra o afirmado acima. Fundada

originalmente com 26 sócios a partir de uma associação de produtores, chegou a contratar trabalhadores assalariados e possuir marca de calçado própria vendendo para lojas na Bahia, Pernambuco e Paraíba. Falta de capital de giro e má gestão resultou na perda de capacidade de atender a clientela obrigando-a a trabalhar como terceirizada para uma empresa de calçados da cidade. Os sócios originais foram abandonando a cooperativa que hoje consta com 22 trabalhando, sendo que estão presentes apenas quando as encomendas exigem. Dados as baixas retiradas, grande parte dos sócios-trabalhadores tem outros empregos, ou contam com o apoio familiar para continuarem no empreendimento.

Obviamente este exemplo não pode ser generalizado, mas os dados de outras cooperativas “verdadeiras” do setor de calçados e confecções reproduzem situações análogas às dificuldades de pequenas empresas regulares, potencializadas pelas dificuldades da autogestão. Segundo uma operária de uma cooperativa organizada por uma empresa, fechada e posteriormente aberta pela prefeitura em “novas” bases, a situação anterior era mais satisfatória pois a empresa garantia uma retirada certa, agora depende de conseguirem encomendas o que implica na ajuda de órgãos de apoio.

Pesquisa realizada pelo IBASE/ANTEAG com empresas em estado falimentar e reorganizadas como cooperativas no Rio Grande do Sul, em que pese uma maior cultura associativa naquele estado, indicam semelhanças com os dados obtidos no Nordeste. Vamos destacar apenas aspectos já feridos anteriormente: a percepção do emprego, da propriedade, da gestão coletiva. Dos trabalhadores entrevistados<sup>7</sup>, 61% declararam a permanência na cooperativa como alternativa de emprego e o desejo de manter o posto de trabalho. Quanto a propriedade, 75% declararam ser mais vantajoso trabalhar numa cooperativa do que numa empresa privada. A diferença com os trabalhadores nordestinos encontra-se no processo de reorganização das empresas no sul e a experiência anterior, em face de trabalhadores que foram “contratados” em empresas que se constituíram como cooperativas. É significativa também a percentagem de trabalhadores que preferem o trabalho na cooperativa ao trabalho assalariado – 72%. Mais uma vez a diferença aparece entre trabalhadores com experiência em trabalho assalariado (os gaúchos) e trabalhadores que nunca tinham sido assalariados. Entretanto isto não indica grandes diferenciações considerando os processos distintos de

---

<sup>7</sup> Pesquisa realizada por Holzmann (2001) entre duas cooperativas resultantes do processo falimentar de uma indústria metalúrgica gaúcha evidencia a importância da variável qualificação no maior ou menor sucesso da experiência autogestionária.

constituição das cooperativas. O relatório reconhece ainda que fatores institucionais como o regime de propriedade não garante um comportamento participativo e colaborativo, dependendo de alterações efetivas na hierarquia e uma sensação de participação efetiva no negócio com baixas diferenças de retiradas, por exemplo. Relaxamento da hierarquia é percebido também como insegurança pelos trabalhadores e uma certa ansiedade na restituição de algo semelhante.

Por fim, a questão da terceirização não é percebida como um fator determinante na maior ou menor participação do trabalhador, embora reconheça que o processo de trabalho e o próprio produto é comandado pela empresa primeira<sup>9</sup>. Isto permite questionar a efetiva identificação do trabalhador com a cooperativa, embora no caso de empresas recuperadas, a luta dos trabalhadores que permaneceram resulte em percepção distinta daqueles que entram em uma cooperativa já organizada, faltando verificar sua permanência com o tempo<sup>10</sup>.

Em comum, dados empíricos preliminares apontam em linhas gerais que falsas ou verdadeiras ou pragmáticas as cooperativas terminam por trabalhar como subcontratadas para empresas maiores. Mesmo quando observados os princípios de democracia no trabalho, necessidades de organização da produção terminam por estabelecer novas hierarquias no trabalho a partir da maior capacitação de alguns trabalhadores frente a outros. Também a necessidade de se manter no mercado resulta numa intensificação do trabalho que termina por deixar os trabalhadores insatisfeitos. Essa situação piora nos momentos em que, por aumento da demanda, algumas cooperativas contratam assalariados. A situação dos assalariados é vista como mais satisfatória, pois trabalham menos e possuem mais direitos.

De certa forma, os resultados tendem para a segunda hipótese: o trabalho associado como trabalho flexível. As empresas têm nas cooperativas, força de trabalho disponível quando precisam e diminuem e aumentam suas encomendas sem alterar seus gastos com funcionários. Para os trabalhadores das cooperativas fica a instabilidade dos ganhos. Trabalham quando tem encomendas, quando não voltam pra casa e tentam se virar como podem. Nessas situações a autogestão e a propriedade significam pouco para o trabalhador que

---

<sup>8</sup> A amostra constou de 367 trabalhadores de um universo de 1523. Sendo que destes 202 eram trabalhadores de cooperativas de produção industrial.

<sup>9</sup> A pesquisa IBASE/ANTEAG trabalhou com 13 cooperativas gaúchas, sendo que seis de produção industrial e destas duas de calçados.

<sup>10</sup> Os dados da pesquisa IBASE/ANTEAG são mais detalhados. Entretanto, dada a diferença da amostra, optamos por privilegiar alguns aspectos que permitem maior comparação, embora de forma relativa, dada diferentes metodologias.

termina por preferir a estabilidade, ainda que ilusória, do trabalho assalariado, mesmo quando nunca tenha trabalhado nessa relação.

Em empresas recuperadas, a situação embora distinta, enfrenta a dificuldade de manutenção de empresas que entram no mercado geralmente sucateadas pelos processos falimentares o que exigem um esforço extra dos trabalhadores para sua manutenção, exigindo não apenas apoio externo mas uma adesão a princípios solidários de difícil permanência numa sociedade não solidária.

### Referências bibliográficas:

- ANTEAG.(2000), *Autogestão: construindo uma nova cultura de relações de trabalho*, São Paulo, ANTEAG.
- HOLZMANN, Lorena.(2001), *Operários sem patrão. Gestão cooperativa e dilemas da democracia*, São Carlos, Editora da UFSCar.
- KASMIR, Sharryn. The Mondragón Model as Post-Fordist Discourse: Considerations on the Production of Post-Fordism(1999). *Critique of Anthropology*, Vol.19(4), 379-400. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.
- KASMIR, Sharryn. *The Myth of Mondragón. Cooperatives, Politics and Working-Class Life in a Basque Town*. Albany, State University of New York Press, 1996.
- IBASE/ANTEAG (dezembro 2001). Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro:IBASE, São Paulo:ANTEAG. Relatório de Pesquisa.
- LIMA, Jacob Carlos(2002). *As artimanhas da flexibilização: o trabalho em cooperativas de produção industrial*. São Paulo, Terceira Margem.
- OLIVEIRA, Tiago(2003). Terceirização, trabalho flexível e cooperativas de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Paper apresentado no XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Aracaju, agosto.
- PONTES Jr., Osmar de Sá. (2000), *Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão*. Fortaleza, Expressão.
- QUIJANO, Aníbal. (2002), “Sistemas alternativos de produção?” in B. S. Santos (org). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- REIS, Cinthia Regina Nunes.(2003), *Cooperativismo e cooperativas de trabalho: o caso dos “Grupos de Trabalhadores” de Lima Campos, Maranhão*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, (digi).
- SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César.(2002), “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, in B. S. Santos (org), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SINGER, Paul (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

- SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo.(2000), *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto.
- SINGER, Paul.(2000), “Economia solidária: um modo de produção e distribuição” in P.Singer & A.R.Souza. *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto.
- SINGER, Paul.(2002) “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, in B. S. Santos (org),. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SINGER, Paul.(2003), “Economia Solidária”, in A.D.Cattani(org.). *A outra economia*, Porto Alegre, Veraz Editores.
- TAUILE, José Ricardo e DEBACO, Eduardo Scotti.(2002) *Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores*. Artigo apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, (digi).
- VALLE, Rogério. *Autogestão*.(2002), *O que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

